



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ATA GPJ nº 2/2023

**1. Identificação da Reunião**

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
18/08/2023	14:30 h	Virtual Zoom	Dramon Conte

**2. Classificação da reunião**

Progresso do plano ações do GPJ

**3. Participantes**

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
ASPLAN	Dramon Conte	9308	dramonconte
EJERS	Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante	9384	carloscalvacante
SCRE	Filipe Medeiros Neves	9338	filipeneves
ASPLAN	Octávio Zainho Jr	9225	octaviozainho
STI	Eduardo Leão Garcia	9851	eduardoleao
SJ	César Eduardo da Silva Dorneles	9219	cesardorneles

**4. Pauta**

Assunto	Apontamentos, sugestões e deliberação
Abertura da reunião	Dramon iniciou a reunião enfatizando que o plano de ações para 2023 está enxuto por ter sido elaborado antes da constituição do GPJ. Para 2024 todos elaborarão o plano de ações em conjunto. Após iniciou-se as discussões referente ao andamento das atividades pautadas na primeira reunião do Grupo.
<b>Diagnósticos:</b> Painel de Autogerenciamento das ZE's - CREFAZ	Filipe enfatizou que a SCRE está necessitando do Painel. Eduardo falou que no dia 17/08 (quinta-feira) foi o dia em que tudo funcionou. Relatou dificuldades não planejadas ao implantar o sistema devido a referências a sistemas internos do TRE-PR. Algumas referências tiveram que ser desativadas por incompatibilidade. O sistema está pegando informações do Cadastro Eleitoral (CAD), PJ-e, ASI, Pardal e Infodip. É composto de duas partes: módulo de importação de diversas bases para uma base unificada e a parte de visualização (Metabase). Trata-se de um sistema que foi desenvolvido em partes ao longo de anos e carece de documentação. Eduardo relatou que foi vendido como um sistema fácil, que era só implantar e iria funcionar. Porém surgiram diversas dificuldades que paralisaram uma seção por quatro meses. Nas demandas futuras serão estabelecidas novas diretrizes para não criar falsas expectativas. Filipe relatou ter informações de que o sistema já foi implantado no TRE-SC e que estaria em implantação em Minas Gerais, Sergipe e Rondônia e Roraima. Eduardo relatou que desconhece e, que se isso está ocorrendo, houve alguma alteração na infra do TRE-PR. Filipe enfatizou que o resultado justificará todo o esforço empenhado pela SEGIN. Eduardo relatou que nos próximos dias a SEGIN provavelmente entrará em contato com a SCRE para a realização dos testes iniciais.
<b>Diagnósticos:</b> Painel	Filipe questionou a diferença entre os painéis dos dois primeiros planos de ações.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

BI do TRE-RS	<p>Dramon explicou que o primeiro trata-se do projeto para a SCRE com base no BI do TRE-PR. O segundo é um projeto da ASPLAN para desenvolver o Painel BI do TRE-RS e compreende de ferramentas de diagnóstico e gerenciamento voltadas para as zonas eleitorais, secretarias e assessorias. Citou como exemplo integrar o Portal da Transparência a painéis BI tornando-o interativo para os usuários. Dramon comentou que fez cursos de Power BI, Metabase e que atualmente está fazendo um curso de PostgreSQL. Dramon relatou também que o seu envolvimento no Módulo de Produtividade Mensal do CNJ prejudicou a dedicação exclusiva ao desenvolvimento dos painéis. Entre as ferramentas de BI, o Power BI é uma ferramenta mais fácil para a execução dos projetos, porém o grande entrave são as licenças. Ao estudar as licenças do Power BI, Dramon argumentou que as licenças pagas são para os casos em que há necessidade configuração de acessos personalizados para cada usuário ou grupo. Para acesso público aos painéis, entende-se que não há necessidade de licenças pagas e citou que o José Carlos da Silva do TRE-GO afirmou ter elaborado o Painel BI do TRE-GO sem pagar nenhuma licença, porém após discussões surgiram dúvidas quanto ao número de acessos livres e os tipos de licenças do Power BI. Eduardo comentou que o Tableau será descontinuado e será substituído pelo Power BI com disponibilidade prevista o início de 2024 e pleno funcionamento para a metade do segundo semestre. Eduardo comentou que a maior parte dos problemas pode ser resolvida com o Metabase, que embora foi implantado como teste, está rodando para a COINF e Transportes. Dramon complementou que a relação de magistrados do MPM está sendo extraída do Metabase. Eduardo e Dramon concordaram que, sem prejuízo da implantação do Power BI, o Metabase deve ser estimulado por ser uma ferramenta gratuita, funcional e sem risco de descontinuidade ou alterações proprietárias que podem gerar retrabalhos futuros.</p>
<b>Capacitação:</b> Governança de Dados	<p>Dramon iniciou dizendo que o tema é um dos principais motivos da reunião ter sido agendada: definir como andam os projetos de capacitação da EJE. Vinícios explicou que os projetos do Grupo não entraram no planejamento anual da Escola e teriam que entrar como demandas espontâneas. Para realizar alguma capacitação é necessário um documento de formalização de demanda que dá o escopo do que precisa ser feito e qual é o público-alvo: servidores, magistrados ou se é para o grupo focal do GPJ. É necessário estabelecer a temática. Em relação a dados, ainda é necessário uma ferramenta homologada para uso. O primeiro passo é alinhar o tipo de capacitação e o público-alvo, feito isso, se encaixa no orçamento. Vinícios sugeriu em primeiro momento uma capacitação de nivelamento para os integrantes do GPJ e outra de introdução sobre pesquisas empíricas para magistrados e servidores, porém é necessário estabelecer quais magistrados e servidores serão capacitados.</p>
<b>Publicações:</b> “O que são pesquisas empíricas?”	<p>Vinícios disse que já está trabalhando no artigo e que pode apresentar a redação preliminar. Foi consenso de todos que o texto deve ser postado na página da Intranet do GPJ. Vinícios argumentou que o módulo de leitura dentro dos objetos educacionais está cada vez menor. Seria interessante postar um artigo de três a quatro páginas explicando o que são pesquisas empíricas, a função do GPJ e colocar alguns exemplos. Porém somente o artigo não teria muito alcance em</p>



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

	termos de massificação, pois somente uma minoria iria ler o artigo. Vinícios citou o conceito de transmídia: a capacitação deve ser parte visual, parte auditiva e parte texto. Sugeriu que, além do texto de apoio, o Grupo faça uma apresentação gravada, num vídeo curto de dez minutos no estúdio da Escola, explicando a existência do Grupo, o que ele faz e principalmente quais são os benefícios que se pretende atingir. Essa etapa não valerá como capacitação porém é o primeiro passo para depois começar a pensar em capacitação, nem que se aproveite a capacitação de outros órgãos e abrir uma turma no TRE-RS.
<b>Eventos:</b> Apresentação Institucional do Painel de BI do TRE-RS	Dramon comentou que trata-se de informar aos servidores, gestores e magistrados a existência da nova ferramenta e suas aplicações.
<b>Articulação:</b> “Garimpando Dados”	Dramon explicou que trata-se do levantamento de temas de relevância para unidades do TRE-RS, onde os processos podem ser melhorados a partir de dados oferecidos por pesquisa empírica. Essa etapa pode ser agregada junto com as ferramentas de divulgação do Grupo na página da ASPLAN.

### Aprovação

Nome
Dramon Conte – Coordenador do GPJ